


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 02 de outubro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, MARGARETH DE OLIVEIRA RENZI, digitei.

 Processo nº: **4001131-74.2013.8.26.0037**

 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**

 Requerente: **ROSANGELA DE FATIMA MAURICIO CRUCIARI e outros**

 Requerido: **BANCO DO BRASIL S/A**
SENTENÇA

Vistos

Em face da expressa concordância do executado, homologo os cálculos apresentados pelos exequentes as fls. 358/365, nestes autos da ação de **Cumprimento de Sentença - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos** que **ROSANGELA DE FATIMA MAURICIO CRUCIARI e outros** promove contra **Banco Brasil S/A**, julgo EXTINTA a presente execução, com fundamento no artigo 924, II, do Novo Código de Processo Civil.

Ante a existência da penhora no rosto destes autos (fls. 282) com relação à co-exequente, oficie-se ao Banco do Brasil para transferência do valor correspondente a um quarto do calculo apresentado (R\$ 795,83), pertencente à co-exequente Melize Cristina Cruciari à disposição do juízo da 6ª Cível desta Comarca, processo nº 1000962-36.2016.8.26.0037, comunicando-se àquele Juízo.

Expeçam-se mandados de levantamento em favor dos demais exequentes, abatendo-se o valor já transferido (R\$ 2.387,50), bem como da quantia remanescente de fls.98 em favor do executado, conforme requerido fls.368.

Ante o certificado a fls. 369, fica o executado intimado, na pessoa de seu procurador e advogado, via imprensa oficial – D.J.E., para efetuar o recolhimento da taxa judiciária em aberto no valor de R\$ 128,50, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição do débito e, em caso negativo, intime-se pessoalmente, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do Provimento CG nº 10/2018.

Transitada em julgado e estando recolhida a taxa judiciária, arquivem-se os autos.

Int.

Araraquara, 02 de outubro de 2018.

João Battaues Neto

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)